

## PLANO DE ENSINO

### 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

**Disciplina:** Teorias da justiça para a democracia

**Professora:** Natercia Sampaio Siqueira

**Créditos:** 03 (três)

**Carga Horária:** 45 h/a

**E-mail:** nsiqueira@unifor.com.br

### 2. SÍNTESE DE IDENTIFICAÇÃO

Mestre em direito tributário pela UFMG. Doutora em Direito Constitucional pela Unifor. Pós-doutorado em direito econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professora da Pós Graduação — Mestrado e Doutorado — em Direito Constitucional pela Unifor. Pesquisas nas áreas Teoria da Justiça e Justiça tributária. Procuradora da Fazenda Pública do Município de Fortaleza.

### 3. OBJETIVO

A disciplina tem como objetivo analisar o conceito possível de justiça aplicável a uma sociedade democrática contemporânea. A partir da análise do pensamento ocidental direcionado à justiça, pretende-se compreender as diferentes concepções de pessoa que se foram construindo ao longo da filosofia ocidental, de forma a se delimitar, crítica e reflexivamente, o conteúdo adequado para a dignidade humana no contexto das sociedades democráticas contemporâneas, a funcionar como elemento informador da justa distribuição de recursos básicos — materiais e imateriais - por entre os cidadãos. Como resultado final, pretende-se construir um repertório crítico basilar, de conteúdo material, a partir do qual se possa analisar criticamente o direito e a prática jurídica constitucional brasileira em seus aspectos estruturais

### 4. EMENTA

Justiça. Contexto e conceito. Aplicação da teoria da Justiça ao direito. Caráter teleológico da justiça. Agência e justiça. O critério material de justiça nas democracias contemporâneas. Liberdade. Equanimidade. Responsabilidade. Autenticidade. Identidade. Mercado. Políticas distributivas. Recursos e capacidades. Ceticismo e Justiça. Justiça e arte.

## 5. PROGRAMA

	<b>CONTEÚDO DAS AULAS</b>	<b>DATA</b>
1	Apresentação do professor e da disciplina: justiça formal e material	
2	Teoria da justiça na Grécia antiga. Caráter teleológico: um princípio de ordenação. Justiça na cidade e no homem. Relação entre justiça, liberdade, virtude e verdade. A racionalidade como instrumento da justiça. (Autores: Platão).	
3	Teoria da justiça na Grécia antiga. Caráter teleológico da justiça: um princípio de ordenação. Justiça e Alteridade. Espécies de Justiça. (Autor: Aristóteles).	
4	Justiça na idade média: releitura cristã dos gregos. Caráter teleológico da justiça. Dicotomia entre alma e corpo. Igual dignidade do humano. Cosmopolitismo. (Santo Agostinho).	
5	Precursos da agência: institutos embrionários do direito civil. Pressuposto da agência: racionalidade. Agência na política. Teoria política. Pacto e contrato social. (Autores: Maquiavel, Hobbes).	
6	Agência na economia: livre mercado como reação ao mercantilismo. Agência na ética: autonomia Kantiana. Agência no romantismo alemão: a vontade.	
7	Ceticismo, igualdade, neutralidade e mercado em Hayek e Dworkin.	
8	Justiça distributiva: o leilão da ilha deserta e apólices de seguro. O justo tratamento para o mérito e o talento em Dworkin.	
9	Racionalidade e razoabilidade como conteúdo da agência em Rawls: posição original; pessoa; véu da ignorância; princípios da justiça.	
10	Liberalismo político: o paradoxo do liberalismo. Razão pública. Razão privada. Neutralidade. (Autor Rawls).	
11	Capacidade: um novo elemento à conceituação da liberdade e da dignidade	
12	Pensamento, justiça e política em Hannah Arendt	

13	Empatia e justiça em uma democracia	
14	Identities e Justiça em uma democracia	
15	Revisitação do pacto social compatível às complexidades das democracias contemporâneas	

## 6. METODOLOGIA:

A cada aula um aluno se responsabilizará por apresentar o texto referente ao tema do dia, dispondo de 30 a 45 minutos para a apresentação. Em seguida, será avaliada a apresentação, ao tempo em que se farão comentários sobre o tema e o texto. Posteriormente, será franqueada a palavra aos alunos e fomentado o debate.

Ou, serão distribuídos textos anteriores à aula, na qual se apresentará um filme ou uma obra literária ou plástica. Ao final da apresentação, será disponibilizada a palavra aos alunos, com a mediação do professor, mediante o propósito de crítica ao filme a partir do repertório textual anteriormente disponibilizado.

## 7. AVALIAÇÃO

### 7.1. Artigo (8 pontos)

O artigo consiste na redação de texto que deve ter entre 15 e 25 páginas e ser inédito e obedecer às regras da ABNT

Deve incluir, no mínimo, 10 referências de obras de doutrina.

Recomenda-se não fundamentar o trabalho em manuais de Direito, jornais, blogs ou qualquer outra fonte não científica ou não correspondente ao nível da pós-graduação stricto sensu.

Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail [nsiqueira@unifor.br](mailto:nsiqueira@unifor.br), com cópia para [naterciasiqueira@yahoo.com.br](mailto:naterciasiqueira@yahoo.com.br), no formato PDF

O prazo de entrega é até uma semana após a sua apresentação na sala de aula

### 7.2 Critérios de avaliação

- Tema diretamente relacionado à disciplina;
- Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação stricto sensu;
- Citação de no mínimo 10 textos de doutrina (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação (manuais, cursos etc.) ou não científicos (notícias, textos publicados em blogs ou em revistas não científicas etc.);
- Obediência às regras da ABNT.

### 7.3 Frequência obrigatória 75%

O aluno pode faltar no máximo 3 aulas

## 9. BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BATISTA Júnior, Onofre Alves; DERZI, Misabel Machado; SCAFF, Fernando Facury; TORRES, Heleno Taveira. **Populismo e o Estado Democrático de direito**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023

BATISTA Júnior, Onofre Alves; DERZI, Misabel Machado; SCAFF, Fernando Facury; TORRES, Heleno Taveira. **Reforma tributária do consumo no Brasil**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2024.

BROWN, Dorothy A. **The whiteness of wealth**; how the tax system impoverishes black americans — and how we can fix it. New York: Crown, 2021.

DERZI, Misabel. **Direito tributário, direito penal e tipo**. 4a ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

DWORKIN, Ronald. **A virtude Soberana**; a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões. 2a edição. Martins Fontes: São Paulo, 2011.

DWORKIN, Ronald, **Justice for Hedhogs**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Tradução: Luís Carlos Borges. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

FRASER, Nancy. **Cannibal Capitalism**: how our system is Devouring democracy, care and panet — and what we cando. Londin; NY: Verso, 2022.

FRASER, Nancy;Axel Honneth, Alex.Trad. Joel Goly. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical Exchange.

INNERARITY, Daniel. **A liberdade democrática**. Lisboa: Relógio D'água, 2024.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres**; o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras: 2023.

MOSCHETTI, Francesco. Profili generali. *In*: MOSCHETI, Francesco (Org.). *La capacità contributiva*. Padova: Cedam, 1993, p. 3-51.

NABAIS; José Cassalta. **O dever fundamental de pagar imposto**. Coimbra: almedina, 2020.


PIKETTY, Thomas. **Natureza, cultura y desigualdades**; Uma perspectiva comparada e histórica. Trad. Daniel Fuentes Castro. Barcelona: Editorial Anagrama 2023.


Ranchordas, Sofia, The Invisible Citizen in the Digital State: Administrative Law Meets Digital Constitutionalism (December 24, 2023). In De Poorter, J.; Oirsouw, C.; van der Schyff, G.(eds), **European Yearbook of Constitutional Law (Forthcoming)**, Tilburg Law School Research Paper, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4674932> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4674932>

RAWLS, John. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

RAWLS, John. **Justiça e democracia**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

ROSEMBLATT, Paulo. **Normas Gerais antielisivas**; planejamento tributário e padrões comparativos de política fiscal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

 SILVA, José Diego Martins de Oliveira e; SIQUEIRA, Natercia Sampaio (Orgs). **Perspectivas e desafios à justiça fiscal no contexto da economia digital..** Curitiba: CRV, 2024.

 SANTOS; Antônio Carlos dos. **Auxílios do estado e fiscalidade**. Coimbra: Almedina, 2003.

VALDERRAMA, Irma Johana Mosquera. Tax incentives: from an investment, tax and sustainable development perspective. In J. Chaise el al. (eds.) Singapura: Springer, 2020 **Handbook of international investment law and policy**, disponível em [Tax Incentives: From an Investment, Tax, and Sustainable Development Perspective | Scholarly Publications \(universiteitleiden.nl\)](#).

VASQUES, Sérgio. **O Princípio da equivalência como critério da igualdade tributária**. Coimbra: Almedina 2023.